

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM**

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Folha de S. Paulo

Título: Deputados e senadores se unem contra privatização da Eletrobras 2

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Deputados e senadores se unem contra privatização da Eletrobras	2
Título: Petrobras revê política e reduz preço do diesel	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: A Eletrobrás e o xadrez do setor elétrico.....	5
Título: Manguinhos muda de nome para tentar refazer imagem	7
Título: Direto da Fonte	8
Título: UE e Mercosul estão mais perto de acordo	9

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Reuters****Título: Deputados e senadores se unem contra privatização da Eletrobras**

Três frentes parlamentares contra a desestatização da Eletrobras somam 406 deputados e quatro senadores em suas composições, ou cerca de 70 por cento dos integrantes Congresso Nacional, o que evidencia possíveis dificuldades do presidente Michel Temer para aprovar o seu principal programa de privatização, que pode render R\$ 12 bilhões ao Tesouro em 2018.

Os parlamentares integram duas frentes recém-criadas contra a privatização de subsidiárias da Eletrobras (Furnas e Chesf) e uma em defesa do setor elétrico, que se juntou ao movimento contra a privatização.

O governo inicialmente pensou em enviar uma proposta do modelo de privatização da companhia ao Congresso por medida provisória, mas depois o presidente Temer optou por encaminhar o assunto via projeto de lei, para agradar os parlamentares.

O PT, que tem liderado a oposição ao governo do presidente Michel Temer, é o partido com maior número de membros nas frentes, com 56 nomes, mas em seguida aparece o PMDB, sigla de Temer, com 52 parlamentares.

Embora a presença nos grupos não signifique que um parlamentar vai de fato votar de acordo com a posição defendida pela frente, os números indicam que Temer pode ter algum trabalho para convencer o Congresso a aprovar a privatização no período pré-eleitoral de 2018.

"Tem muita gente que entra em uma frente por questões de seu Estado, da região onde o parlamentar tem voto, ou se ele tem alguma relação com aquele setor... Então o número (de parlamentares nas frentes) é alto, mas não quer dizer muita coisa", disse à Reuters o cientista político César Alexandre Carvalho, da CAC Consultoria Política.

Ele lembrou que o governo Temer já conseguiu vitórias significativas no Congresso, mas ressaltou que o Planalto tem enfrentado nos últimos dias uma dura batalha para tentar garantir a aprovação da reforma da Previdência pelos parlamentares.

Por outro lado, há um alto percentual de políticos da base aliada nas frentes relacionadas à Eletrobras —além do PMDB, PP e PR estão entre os cinco partidos com mais membros nos grupos. Isso pode reduzir dificuldades para aprovação, mas não sem um custo político, como a exigência de aprovação de emendas e cargos em troca dos votos, por exemplo.

"Vai entrar nesse jogo político... Resta saber se o governo tem como 'pagar o preço' disso para os parlamentares... Tem esse dinheiro em caixa? Porque tem que 'pagar' a privatização da Eletrobras e tem que 'pagar' a reforma da Previdência", disse Carvalho.

Ele ponderou que, por outro lado, uma eventual derrota na Previdência pode fazer o governo jogar todas as fichas nas propostas de privatizar a Eletrobras, numa operação que deve envolver oferta pública de novas ações da companhia, reduzindo a União a uma fatia menor na elétrica frente aos novos controladores.

Na terça-feira, o presidente da elétrica, Wilson Ferreira Jr., disse a jornalistas que está otimista com a possibilidade de aprovação do projeto de lei com a modelagem de desestatização da companhia. Ele disse avaliar que ainda há tempo para aprovar o texto neste ano na Câmara dos Deputados e levá-lo ao Senado no início de 2018.

No entanto, numa sinalização das dificuldades que o governo vai enfrentar neste processo, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira um projeto de decreto legislativo que prevê a exigência de a proposta de privatizar a Eletrobras ser submetida a um referendo popular.

Mas o projeto do referendo depende do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) —alinhado com Temer— para ser apreciado no Plenário da Casa, o que reduz as chances de isso acontecer.

Procurado, o Ministério de Minas e Energia não quis comentar o assunto.

AS FRENTES

Frentes parlamentares em defesa das subsidiárias da Eletrobras, Furnas e Chesf, foram criadas em setembro e outubro, pouco após o governo anunciar em agosto os planos de privatizar a empresa como um todo.

Já uma frente parlamentar de "Defesa do Setor Elétrico Brasileiro", criada em fevereiro de 2016 também se engajou contra a privatização, segundo a deputada federal Erika Kokay (PT-DF), coordenadora do grupo.

Somados os parlamentares em todas as frentes e excluídos os nomes repetidos, resta uma lista de 410 nomes.

Desse total, 56 são do PT e 52 do PMDB; há, ainda, 34 políticos do PP, 31 do PSB e 28 do PR, além de 26 votos do PSDB, 24 do PSDB e 18 do DEM, entre outros.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras revê política e reduz preço do diesel

A Petrobras anunciou nesta sexta (1º) uma revisão no cálculo do preço do diesel, alegando que precisa recuperar mercado perdido para importadores privados no combustível.

O novo cálculo vai provocar uma queda no preço do diesel no país. Já nesta sexta, a estatal anunciou corte de 5,7% e a expectativa é que novas reduções sejam feitas.

Em nota, a Petrobras afirmou que a revisão tem o objetivo de adequar o preço do combustível "às mudanças de fluxo logístico e entrada de produtos importados no país", mas que continuará operando com margem de lucro na venda do produto.

"A decisão mantém inalterada a política de preços em vigor, reafirmando o compromisso da companhia de operar sempre com margem positiva acima da paridade internacional", afirmou a companhia.

Os preços dos combustíveis são calculados por fórmula que considera as cotações internacionais, a taxa de câmbio, o custo de importação e a margem de lucro da estatal.

A Folha apurou que a direção da empresa avalia que pode reduzir a parcela do preço referente ao custo de importação, já que seus concorrentes têm ganhado maior competitividade neste segmento, com o uso do modal ferroviário, por exemplo.

O aumento das importações reduziu sua fatia no mercado de diesel de uma posição quase monopolista a 72% das vendas internas. A competição vem levando a companhia a operar suas refinarias com capacidade reduzida: ao fim do terceiro trimestre, estavam com 22% de ociosidade média.

"A expectativa é que a nova precificação do diesel não tenha impacto na receita da companhia em virtude da perspectiva de ganhos de mercado", afirmou a empresa.

No mercado de gasolina, a estatal tem 88% das vendas. Nesta sexta, o preço do combustível foi reajustado em 1,9%.

Em julho, a Petrobras deu início a nova política de preços para os combustíveis, autorizando a área técnica a promover reajustes diários para conter as importações por terceiros.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: A Eletrobrás e o xadrez do setor elétrico

A Eletrobrás é uma holding que tem o maior volume de negócios em eletricidade do País e potencial de se tornar uma das maiores e mais rentáveis empresas do mundo. O triste fato é que hoje a empresa caminha para o lado oposto, em direção à bancarrota. Entre 2012 e 2015, a Eletrobrás registrou prejuízos superiores a R\$ 30 bilhões e viu seu patrimônio líquido cair 46%.

Isso reduziu a qualidade dos serviços, com impactos nos contribuintes e consumidores, como a elevação de tarifas e os atrasos em obras de geração e transmissão. A empresa não terá como obter recursos suficientes para se manter viável e competitiva mesmo com a eficiente gestão atual. Essa trágica situação pode ser revertida de duas formas. A primeira, com novos e significativos aportes do acionista majoritário, a União. Essa é uma opção difícil para um país com um déficit de R\$ 159 bilhões.

A segunda, buscando a geração de valor nas atividades da empresa para que ela se recupere e volte a crescer. Isso é possível e é a forma perseguida pelo atual governo. A proposta do governo para a Eletrobrás é a outorga de novos contratos de concessão para que suas usinas hidrelétricas passem a operar em regime de produção independente de energia. Isso permite que elas voltem a gerar valor para a empresa, saindo do modelo deficitário de "cotas" atual. Para ter esse direito, a empresa precisa pagar à União.

Os recursos para essa operação serão captados por meio de oferta pública de ações na Bolsa de Valores. Dessa forma, a companhia atrairá novos investidores e os atuais acionistas, caso não queiram as novas ações, terão suas participações acionárias diluídas. Este é o caso da União, que não vai participar da oferta das novas ações, mas preservará o poder de veto em determinadas

decisões na empresa, por meio de uma golden share. Assim, o governo federal deixará de ser o acionista majoritário e a Eletrobrás se transformará numa corporação.

O governo fará esta proposta de “privatização” aos acionistas da empresa. O êxito dessa operação trará aos consumidores parte do pagamento pela outorga, reduzindo os encargos setoriais que oneram as tarifas. Na Região Nordeste, haverá o benefício do desenvolvimento de projetos de revitalização do Rio São Francisco, ampliando o fornecimento de água para usos múltiplos.

A empresa passará a trilhar um caminho de melhor governança, eficiência, sustentabilidade econômica e estratégica e, por fim, crescimento, com mais geração de empregos de qualidade. Por exemplo, a Vale emprega cerca de 110 mil profissionais no Brasil, nove vezes mais do que quando a empresa era estatal. As empresas do setor de telecomunicação, dez anos depois de privatizadas, geravam 352 mil postos de trabalho, um aumento de 189% em relação ao período estatal.

A privatização é benéfica para a segurança energética, ao aumentar a eficiência operacional da empresa. Há o retorno de seu protagonismo nos leilões em projetos rentáveis e entregues nos prazos, criando empregos e renda em outras cadeias produtivas locais e melhorando a arrecadação de impostos. A União poderá destinar o recurso orçamentário ora da Eletrobrás para as áreas de saúde, educação e segurança pública.

A única coisa que vai diminuir, ou mesmo acabar, serão os atuais privilégios obtidos por políticos e sindicalistas à custa de enormes prejuízos aos cofres públicos. Por fim, esta positiva ação é mais uma no complexo jogo de xadrez do setor elétrico, cujos movimentos das peças envolvem o equacionamento do risco hidrológico (GSF), a privatização das distribuidoras da mesma Eletrobrás e a consolidação do novo modelo do setor elétrico. São todos temas interligados.

A reforma do setor passa pela privatização da Eletrobrás, e vice-versa, e ambas dependem da solução para o GSF. É necessário um movimento de convergência e união dos interesses dos agentes de governo e de mercado em todos esses processos, para que o setor se recupere, sob o risco de um desastre tarifário, físico e financeiro.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renata Agostini

Título: Manguinhos muda de nome para tentar refazer imagem

Estratégia. Em recuperação judicial, refinaria, rebatizada de Refit, enfrenta processos de cobranças de impostos e investigação no Ministério Público; Ricardo Magro, um dos donos, foi preso por fraude em esquema com o Postalis, fundo de pensão dos Correios

Enrolada há anos em escândalos e alvo de processos, a Refinaria de Manguinhos quer convencer o mercado de que agora entrou numa nova fase. A empresa carioca, que está em recuperação judicial, diz que quer pagar o que deve aos governos estaduais e investir no negócio para aproveitar o esperado crescimento do mercado de combustíveis nos próximos anos. Para ajudar a polir a imagem e tentar se distanciar das confusões, mudou de nome e passou a se chamar Refit. “Precisamos equacionar nosso passado”, diz Cristiano Moreira, presidente do Grupo Magro, que é dono da refinaria e de distribuidoras de combustível e tem receita de R\$ 4 bilhões. O passado a que o executivo se refere é uma briga de anos para que os Estados nos quais a empresa atua recebam precatórios (pagamentos devidos pelo governo após condenações definitivas na Justiça) como forma de quitar tributos. A disputa rendeu à empresa uma conta de R\$ 4,2 bilhões em ICMS a pagar pelos cálculos de Rio, São Paulo e Paraná e acusações de ser devedora contumaz e de praticar inadimplência fraudulenta e sonegação – o que ela contesta. Moreira diz que a empresa deseja fazer um acordo para acertar sua situação com o Fisco e abandonar de vez a prática. “Não podemos adotar esse tipo de mecanismo para o futuro, porque isso gera desgaste muito grande junto aos governos. Dependemos deles”, afirma.

O armistício é uma das facetas do plano de reestruturação de Manguinhos descrito por Moreira. Ele envolve investir R\$ 500 milhões para aumentar o portfólio da refinaria, que passaria a produzir outros derivados, como óleo combustível, e o início de novo negócio, transformando parte do terreno de 600 mil m² no Rio em terminal de armazenagem de combustíveis. Tais intenções já foram anunciadas por Manguinhos em outros momentos e nunca saíram do papel. Dessa vez, Moreira diz que será diferente. Segundo ele, desde 2014, quando o STF derrubou a tentativa de desapropriação da área, decretada pelo ex-governador Sérgio Cabral, foram investidos R\$ 100 milhões na recuperação de tanques. A empresa diz que as negociações avançam para parceria com a VTTI, controlada pela trading holandesa Vitol. Ajuda. Para Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura, projetos de armazenagem fazem sentido no mercado neste momento. “Se o PIB crescer 3%, o mercado de combustível cresce 6%.

Mesmo que a Petrobrás reduza a capacidade ociosa das refinarias, não haverá oferta suficiente. A importação veio para ficar”, afirma. Um movimento recente dos Estados para aceitar precatórios como pagamentos de dívidas também pode pesar a favor do grupo. Sem dinheiro e pressionados por decisão do STF para que zerem a fila dos precatórios até 2020, eles passaram a ver com bons olhos o mecanismo. Em debate no Congresso, está a elevação do prazo para 2024. Mesmo assim, o governo Geraldo Alckmin enviou à Assembleia Legislativa paulista projeto com regras para uso de precatórios na quitação de dívidas. O Estado cobra da Refit R\$ 1,9 bilhão em tributos. No Rio, a empresa espera que desfecho positivo em processo movido contra a Petrobrás a ajude a quitar a dívida, que também beira os R\$ 2 bilhões, segundo o governo fluminense. Na ação, a Refit pede reparação por prejuízos causados pela política de preços praticada pela estatal – o caso corre na Justiça, mas a petroleira já provisionou R\$ 2 bilhões para a causa. Peso. Contra a empresa, porém, há todo o resto. Figura mais conhecida da família controladora, o advogado Ricardo Magro foi preso em 2016 por supostamente lesar o fundo de pensão Postalis e responde em liberdade. Há anos, ele é quem monta a estratégia de disputa nos tribunais.

Alvo de investigações da Polícia Federal, tem histórico de relações com personagens hoje condenados pela Justiça, como Eduardo Cunha, ex-deputado preso em Curitiba. Empregou ainda em Manguinhos Marcelo Sereno, ex-assessor de José Dirceu, condenado no Mensalão e na Lava Jato. O advogado é visto como o dono de fato do negócio, apesar de não ter cargo diretivo. No papel o dono é seu pai, João Magro, que era presidente do grupo até a chegada de Moreira. A lista de problemas, porém, vai longe. A refinaria tem de conviver com a desconfiança de Estados e Ministério Público. Em setembro, a Procuradoria-Geral de SP, que queria cassar inscrição da refinaria, afirmou que ela comete inadimplência sistemática e fraudulenta. A Refit diz que usa precatórios porque foi lesada pela Petrobrás. Há grande ceticismo sobre os planos da Refit no mercado, que levanta dúvidas sobre se ela de fato refina ou só importa e mistura. A empresa e a ANP dizem que há refino no local. A companhia ainda tem de tocar sua recuperação judicial e conseguir licença ambiental para usar um duto que a conecta à Baía de Guanabara, imprescindível para viabilizar o terminal de armazenagem. Com pouco tempo de vida, a Refit já tem uma pilha de problemas para digerir.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Caderno 2 / colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Direto da Fonte

Corrida do ouro

Projeto da canadense Belo Sun para extrair ouro em área do Xingu é alvo de polêmica. Está sendo criticado por MPF e Funai e apoiado pelos moradores da cidade mais próxima.

O empreendimento, dizem as duas instituições, ameaça área indígena no Pará. Já os moradores se uniram à empresa, animados pelo investimento de R\$ 1,2 bilhão, de olho nos benefícios à cidade de Senador José Porfírio.

A Belo Sun argumenta que o projeto será montado a 12 km do território protegido – portanto, dentro das normas legais. O caso será julgado dia 6, no TRF de Brasília.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernando Nakagawa / Lu Aiko Otta

Título: UE e Mercosul estão mais perto de acordo

Europeus melhoraram oferta para comércio de carne e etanol, principal ponto de divergência nas negociações; proposta será apresentada dia 10.

Depois de semanas de impasse, as negociações do acordo comercial Mercosul-União Europeia avançaram nos últimos dias. Os europeus indicaram que vão apresentar uma oferta melhorada para o comércio de carne e etanol, que hoje são o principal ponto de divergência entre os dois blocos. A informação é de fonte próxima à negociação. A proposta europeia deverá ser feita em reuniões paralelas à reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), que começa no próximo dia 10, na Argentina. Otimistas, diplomatas já trabalham com a hipótese de assinatura de um pré-acordo entre os blocos no mesmo evento. Se isso for confirmado, será o fim de um longo e complicado processo de negociação que se arrastou durante duas décadas. O movimento mais importante que permitiu o avanço foi dos europeus: a indicação de oferta melhorada de acesso ao mercado com maiores volumes para carne e etanol do Mercosul com tarifa de importação reduzida.

A antiga proposta rechaçada pelos sul-americanos previa 70 mil toneladas de carne e 600 mil toneladas de etanol. Com o movimento europeu, um dos negociadores do Mercosul avalia que a chance de sucesso do acordo subiu para 70%, de 40% uma semana antes. Uma vez assinado o pré-acordo, ou “acordo político”, as negociações atingem um ponto irreversível. Modelo semelhante foi usado por Bruxelas nas negociações com o Japão em julho, quando as partes chegaram a um acordo de princípio sobre o livre comércio. Se a agricultura é tema de preocupação dos europeus, a indústria e os serviços são temas sensíveis ao Mercosul e alguns setores já reagem. Em carta enviada a ministros,

a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) pede maior clareza em relação à proposta dos europeus e diz que a “indústria brasileira não pode ser oferecida como moeda de troca” para o acesso àquele mercado.

MME / ASCOM .